



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 03 /2020

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 12 DE
SETEMBRO DE 2020**

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, nesta vila de Alcochete e Fórum Cultural de Alcochete, pelas 14:30 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condélpes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões e Bruno José Pereira Soares.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miriam Pires Boieiro, Álvaro Jacinto Costa, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Susana Isabel Marques Pereira Maia.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves e Alexandra Isabel da Silva Braz.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Rodolfo Soares Marques Pereira, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Rui Manuel da Graça Santa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Andreia Patrícia Silva e Sousa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Diogo da Silva Mourão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Henrique de Meneses Infante da Câmara, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Ana Cristina Tavares Brandão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, por motivo de ordem pessoal, tendo sido substituída por Luís Cesário, dada também a indisponibilidade de Luís Cardoso. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Maria de Fátima Lima Vieira, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por Sérgio Duarte, dada também a indisponibilidade de Inês Rosado. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, por motivos relacionados com atividades na junta de freguesia, tendo sido substituída por Fernanda Santa, secretária da junta de freguesia de Alcochete. (Documento anexo à Minuta da Ata)
- Ana Lúcia Felgueira Maduro, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por Mafalda Catalão. (Documento anexo à Minuta da Ata)
- Luiz Branco Batista, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por José Martins. (Documento anexo à Minuta da Ata)
- Ana Mafalda Boieiro Marques, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por David Pereira Tavares. (Documento anexo à Minuta da Ata)
- Pedro Jorge Marcelino Ferreira, por motivo de saúde. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto, Estêvão António das Neves Boieiro, Jorge Manuel Pereira Giro e Pedro Miguel Abreu Louro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- Ata da sessão ordinária realizada em 18 de novembro de 2019

Submetida à discussão, o presidente da assembleia municipal propôs três alterações, que foram aceites e que são:

- Na página 10 onde se lê “Manuela Chaga deve ler-se Manuela Cucharra;
- Na página 11 substituir a letra E pelo símbolo do euro;
- Na página 17 onde se lê “poderão serão ressarcidos, deve retirar-se a palavra serão.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade com as alterações propostas.

Ao abrigo da alínea e) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal usaram da palavra os seguintes membros:

- Andreia Sousa:

Relativamente ao próximo ano letivo, questionou se haverá reforço de pessoal não docente para dedicação exclusiva à limpeza de zonas comuns e se também haverá uma sala exclusiva para cada turma ou se estas serão partilhadas por turmas diferentes e no caso de isso acontecer, quando existirem as trocas, as salas serão limpas e desinfetadas? Existirão locais de isolamento definidos para o caso de algum aluno apresentar sintomas

de Covid 19? E no caso de uma turma ficar em isolamento, o ensino será feito à distância? Existe algum Plano de Contingência para o município, caso a situação se agrave nas próximas semanas?

Questionou também, se de facto há refeições que são confeccionadas fora da escola e no caso de isso se verificar alertam para os riscos que poderão ocorrer no transporte das mesmas, sugerindo até que se analisem alternativas.

Entende que o executivo deveria ponderar testar todo o pessoal docente e não docente, de forma a aumentar a segurança de todos, à semelhança do que já foi feito noutros municípios.

- Álvaro Costa:

Colocou as seguintes questões:

- Atendimento deficiente por parte de várias entidades públicas, como são por exemplo o caso do Centro de Saúde, as Finanças, a Conservatória entre outras, porque os serviços não respondem telefonicamente e mesmo nos casos em que há atendimento por marcação, é muito demorado. Face a isto, questionou se o presidente da câmara tem conhecimento deste assunto.

- Informou que há pais que questionam quando abrirá para treinos o campo de futebol do Samouco, porque em concelhos vizinhos as crianças já podem treinar cumprindo determinadas regras.

Em relação às obras da rua do Láparo, disse que as mesmas já deveriam ter terminado no dia 28 de agosto, contudo, ainda continuam, pelo que questionou se foi feita alguma prorrogação.

Relativamente ao alcatroamento da EM501 que liga Alcochete ao Samouco a obra já está completa, porém há uma situação que tem criado interrogações que aconteceu no bairro onde um espaço de cerca de 70/80 metros foi alcatroado, questionando por isso, se o espaço estava incluído no projeto e em caso negativo, o que levou o executivo a alcatroá-lo. A situação é tanto mais estranha, porque a cerca de 50 metros, no casal do Vaquinhas também há um caminho de terra batida que não foi contemplado com o mesmo procedimento e o mesmo transtorna os residentes em tempo de chuva. Ficou com a impressão que houve uma situação de favor, ou seja, não deveria ter sido alcatroado aquele espaço porque não estava no projeto e tratando-se de um espaço privado a obrigaçao de alcatroar é somente dos promotores.

- Alexandra Brás:

Referiu que o CDS em relação ao próximo ano letivo, questiona se a Escola do Valbom (que foi recentemente ampliada e que se encontra ainda com obras a decorrer) tem todos os espaços já abertos à data da abertura das aulas e se está garantida a frequência normal nos espaços para as crianças.

- Sérgio Simões:

Solicitou que fosse feito um ponto de situação face às obras em execução na Coophabitacional assim como às do Miradouro “Amália Rodrigues”.

- Diogo Mourão:

Solicitou informação sobre como irão decorrer as empreitadas de requalificação da escola do Monte Novo e do Samouco.

- Ana Luísa Lourenço:

Corroborou as preocupações manifestadas pelo deputado Álvaro Costa no que respeita ao atendimento das Finanças e do Centro de Saúde, acrescentando que neste o telefone é uma miragem (ninguém atende) e as Finanças não têm agenda.

Chamou a atenção para a falta de cumprimento do horário de cargas e descargas na rua Comendador Estêvão de Oliveira, que coloca em causa a segurança das pessoas.

- Presidente da Assembleia:

Esclareceu que os pagamentos às Finanças podem ser feitos nos CTT e por transferência bancária. Não existe agenda neste serviço, mas é possível ligar para o n.º 217206607.

- Presidente da Câmara:

Em resposta, afirmou que não se está a viver um ano igual a tantos outros, quer do ponto de vista financeiro quer do social. É um tempo atípico devido ao estado pandémico que se atravessa.

Esclareceu que a câmara tem elaborado o Plano de Contingência, está em vigor e é extensível às unidades escolares, desportivas e de âmbito cultural como é o caso do Fórum Cultural e da Biblioteca, tendo por isso determinadas ramificações em função das valências.

Deu conhecimento dos valores registados no boletim epidemiológico e também que já reuniu com os agentes económicos, no sentido de fazer parte da solução e colaborar com todos. É visível o apoio da câmara na distribuição de álcool gel, na sinalética, entre outros.

Reuniu também com a autoridade de saúde local e com a GNR para definir os horários de encerramento dos estabelecimentos de acordo com o emanado pelo Conselho de Ministros e regras da DGS e é notório, que de forma geral todos têm cumprido, apesar de existir uma pequena minoria (identificada) que se não recuarem na sua forma de estar junto da comunidade, certamente a autoridade de saúde tomará medidas mais rígidas.

Relativamente ao testar os funcionários, informou que a câmara adotou desde o início da pandemia as instruções da autoridade de saúde local e esta entende que não há necessidade de o fazer, dado não existirem casos na autarquia.

- Vereadora Fátima Soares:

Com permissão do presidente da câmara, usou da palavra, afirmando que é fundamental reconhecer que a escola é uma instituição que dá suporte para o funcionamento das próprias famílias, dos profissionais e da economia em geral. A câmara foi testemunha do que aconteceu há uns meses quando a escola fechou. O Governo determinou que as aulas iriam acontecer exclusivamente de forma presencial, logo o regime presencial é a regra e o misto será a exceção.

Esclareceu que o Agrupamento de Escolas tem um Plano de Contingência que obedece às normas da DGS e da DGEST, nomeadamente as de higienização, distanciamento entre alunos e população que frequenta a escola.

No verão abriram as CAF e as AFF e o saldo é bastante positivo e aqui também foi assegurada a higienização e existiam entradas e saídas diferentes, sala de isolamento, zonas sujas e as crianças do pré-escolar trocam o seu calçado por um que só utilizam no estabelecimento.

Esclareceu também que haverá reforço de funcionários, colocando mais nove auxiliares de ação educativa, dado que as escolas maiores irão funcionar em três horários.

Fez um apelo ao bom senso dos pais e encarregados de educação para as recomendações que devem fazer aos seus educandos.

Salientou que a confeção das refeições fora das escolas sempre aconteceu e assim vai continuar, porque há algumas que não têm condições para confecionar, porém, os refeitórios que confecionam refeições obedecem às regras estipuladas e o seu transporte obedece à Norma HCPE.

- Presidente da Câmara:

Quanto ao campo de futebol do Samouco, informou que a câmara está a proceder à 2.^a fase (das três que o processo tem) com a impermeabilização das bancadas e colocação de pavê no chão e piso sintético e o exterior também será pintado. Na 3.^a fase serão requalificados os balneários e tudo o que seja espaço físico no interior.

No retomar das atividades desportivas, a câmara seguirá intransigentemente as regras da DGS, ao contrário de outros municípios e instituições que não o fazem. De momento, já existem condições para que parte das equipas retome a sua atividade, embora sem público.

- Vereadora Fátima Soares:

Os treinos que estão a acontecer têm a ver com o campeonato de seniores em futebol, cujo campeonato será em 10 de outubro e na próxima semana será aberto o campo de futebol do Samouco para seniores, sendo que quem as tem é a Associação Desportiva Samouquense e o Futebol Clube de S. Francisco. As faixas com escalões mais baixos ainda não têm campeonatos a decorrer e segundo julga saber apenas existem treinos com uma criança e uma bola e não uma bola para todas. As obras no pavilhão de Alcochete já estão em fase de conclusão e existem muitas coletividades a querer treinar, porém, a saúde está em primeiro lugar.

- Presidente da câmara:

Tem conhecimento da falta de atendimento telefónico no Centro de Saúde de Alcochete (e não é um problema que surgiu com a pandemia), para além da falta de médicos para que haja capacidade de resposta para as múltiplas solicitações da população. Do atendimento nas Finanças não tinha conhecimento, mas irá tentar perceber o que se passa.

Quanto aos prazos das empreitadas:

- Rua do Láparo: foi pedido um parecer jurídico ao Dr. Pedro Rodrigues e acrescentou que a empreitada não termina na presente data, apesar de estar a terminar muito em breve. Do ponto de vista jurídico não existe matéria relevante, logo não há necessidade de a câmara solicitar a prorrogação, tanto mais que nem sequer foi apresentado nenhum pedido de prorrogação e não há matéria que impeça a obra de continuar.

Afirmou também que a câmara já gastou cerca de 4 milhões e meio de euros na requalificação do parque escolar, em menos de 3 anos. Na rede viária o investimento feito é de cerca de 2 milhões de euros.

A requalificação da rede viária é um trabalho inacabado e em relação aos cerca de 70 metros alcatroados na EM501, frisou que não percebia a questão, mas ficou preocupado com o levantamento de uma suspeição (que não fica bem ao deputado Álvaro Costa), até porque a câmara de Alcochete ao longo de 46 anos não faz favores a ninguém em particular. Levantar uma suspeição por 70 metros numa via pública e só porque por felicidade ou infelicidade ali reside o cabeça de lista do PS, à eleição da Junta de Freguesia de Samouco, é do ponto de vista da oposição uma coisa muito fraquinha. Trata-se de um caminho municipal, público e tem passeio e lancil mas não estava acabada. O anterior executivo assumiu um compromisso verbal tal como assumiu com tantas outras coisas e o atual executivo tem vindo a cumprir porque há matéria palpável e faz sentido.

Relativamente à rua Comendador Estêvão de Oliveira, é um facto que muitos teimam em não cumprir com aquilo que é fundamental, mas as autoridades e a fiscalização camarária têm que atuar, fazendo um trabalho pedagógico em conjunto com a GNR e a Proteção Civil, porém, irão existir sempre prevaricadores.

- Vereador Pedro Lavrado:

Com autorização do presidente da câmara, esclareceu relativamente à pavimentação da estrada perpendicular à EM 501, que se trata de uma via que está infraestruturada e corroborou a intervenção do presidente da câmara neste assunto. Esclareceu ainda que em frente a este caminho também foi feito o alcatroamento que não constava no projeto. Os moradores ficaram mais servidos e com melhores condições de acessibilidade.

Não percebeu se o caminho apontado pelo deputado Álvaro Costa era o caminho do Porto Velho, mas se era este não é público.

Mais frisou que a câmara teve o mesmo procedimento na rua do Láparo e explicou as situações. Explicou ainda que o contrato da empreitada desta rua está perfeitamente em vigor. O empreiteiro também não solicitou nenhuma prorrogação nem a reprogramação financeira e até ao dia 8 não cumpriu, estando assim em incumprimento. Depois verão se haverá ou não sanção a aplicar.

Os trabalhos que ainda decorrem são em grande maioria pertencentes a outro procedimento que é o da negociação com os proprietários.

Em relação à rua Comendador Estêvão de Oliveira afirmou que irá verificar a situação referida.

- Presidente da câmara:

Em resposta ao deputado Diogo Mourão informou que as obras de requalificação nas escolas terão início em breve, salientando que a freguesia de Samouco na área da educação nunca teve um investimento tão grande.

- Vereadora Fátima Soares:

Acrescentou que irá ser aproveitado o período das férias de Natal para fazer a passagem para as escolas provisórias.

Em julho último reuniram com as Associação de Pais de Samouco e do Monte Novo, aos quais foram apresentados os projetos das escolas, tendo sido tomadas algumas decisões em conjunto, que descreveu.

- Presidente da câmara:

Em resposta ao deputado Sérgio Simões, disse que toda a zona circundante à Coophabitual se encontra há algum tempo em “reboliço”, dado que a requalificação e ampliação da escola do Valbom fica paredes meias com o bairro da Coophabitual, para além das obras a decorrer no pavilhão gimnodesportivo, que é um dos melhores pavilhões do país.

Está a decorrer a obra de requalificação do polidesportivo e zona circundante que também irá enriquecer um espaço socialmente reconhecido e quem ali reside irá certamente ficar com condições superiores às existentes.

Concretamente à obra questionada, informou que o Tribunal de Contas recusou o Visto (por uma questão menor na perspectiva de quem assessoria o executivo). A câmara apresentou recurso em janeiro passado e até agora não obteve resposta. Foi feito um levantamento e apresentado um *dossier* junto do Tribunal de Contas, solicitando a reapreciação e que este se pronunciasse porque sem autorização a obra não pode avançar.

Quanto ao miradouro “Amália Rodrigues” afirmou que não é fã da obra e que poderia ter sido feita uma coisa mais bonita. Registou que lhe faz confusão uma empresa conseguir participar num concurso e responder afirmativamente a um procedimento concursal de 351 mil euros, numa obra que agora irá custar mais de 600 mil euros (entrou no concurso por 342 mil euros). A empresa dispôs de dois momentos em que poderia pensar um pouco melhor e chegar à conclusão que de facto não era bem assim como estavam a pensar (nos erros e omissões) assim como na revisão financeira.

- Vereador Pedro Lavrado:

Fez uma vez mais o historial do processo até ao presente momento, tal como já tinha acontecido em anteriores reuniões e informou que a obra estará pronta para avançar em breve.

Informou também, que em finais de 2015 o anterior executivo apresentou o Plano de Ação de Regeneração Urbana que apresentava como estimativa que esta obra custaria cerca de 650 mil euros e mais tarde em 2017 lançou o concurso por 348 mil euros (valor base) que segundo ele, curiosamente é ligeiramente abaixo do teto com o qual tem que ser submetido a Visto do tribunal de Contas (350 mil euros). Após o lançamento do

concurso a única firma que concorre é a Consdep, SA, por sua conta e risco e ganhou a obra. No final chega-se à conclusão que a obra irá ficar em mais ou menos 630 mil euros, pelo que a estimativa inicial estava bem feita.

- Álvaro Costa:

Agradeceu as respostas mas não ficou completamente esclarecido, pelo que frisou no que diz respeito ao alcatroamento que a competência é da urbanização privada, apesar de o vereador dizer que a mesma está infraestruturada e com lancis, não percebendo quando o presidente da câmara diz que é domínio público, chamando a atenção para a existência de um poste da luz quer se encontra no meio da via (já deveria ter sido sinalizado).

Quanto ao largo que fica em frente, o mesmo não foi pavimentado mais sim repavimentado, dado que já o estava desde a anterior pavimentação da EM 501.

Em relação à obra do Miradouro, concordou que de facto houve uma estimativa inicial no valor referido, mas lembrou que as infraestruturas da via eram da responsabilidade do município, mas como foram executadas por trabalhadores da câmara, isso reduziu o valor e a possibilidade de o concurso passar de mais ou menos 600 mil euros para mais ou menos 300 mil euros.

Mais disse, que aconteceram coisas que não deveriam ter acontecido, como é o caso das infraestruturas, que deveriam ter início em outubro de 2017 e só começaram em março ou abril de 2018 e o prazo de conclusão da obra era para junho de 2018. Na sua opinião houve um mau acompanhamento da obra, considerando inadmissível que se deixe chegar e descarregar as pedras e só depois chegam à conclusão que não eram as pedras indicadas em projeto, não deixando a propósito de lembrar a chacota feita numa sessão da assembleia, pela expressão utilizada pelo autor de que “aquelas pedras não têm alma para ali”.

- João Santos:

Voltou ao tema do atendimento no Centro de Saúde de Alcochete, nas Finanças e outros e concordando ou não com o reduzido funcionamento ou até mesmo com alguns encerramentos, afirmou que a Junta de Freguesia de S. Francisco sempre arranjou estratégias para ajudar os seus fregueses, articulando com o Centro de Saúde e com o seu diretor, que o receituário médico, ou seja as receitas habituais que são passadas mensalmente, os fregueses não teriam necessidade de se deslocar ao Centro, mas sim à junta de freguesia.

Com as conservatórias também agendou essencialmente para marcação do Cartão de Cidadão. Quanto às Finanças e Repartição de Finanças os fregueses que tinham um problema com o IUC, porque não podiam entregar guias à tesouraria e nestes casos a junta de freguesia tirava as guias do IUC e o pagamento era feito nos CTT. Também sempre que necessário foi preenchida a declaração do IRS.

Estiveram sempre ao lado de quem precisa e entende que deve ser assim. A junta de freguesia tem de estar ao lado dos seus fregueses sobretudo em alturas mais difíceis.

- Sérgio Simões:

Em relação à intervenção do deputado Álvaro Costa, entende que este deve ter feito alguma confusão, porque parece estar esquecido do valor da obra que já está feita e paga. Agora quando se fala em 400 mil euros, mais ou menos, é para concluir a obra e então sim, no total irá chegar aos 630 mil euros.

Também não entende que tipo de acompanhamento é que o deputado fez à obra, para apelidar de incompetente quem a acompanhou e seguiu. A incompetência esteve no processo inicial e já foi debatido em várias sessões.

Em relação à obra da rua do Láparo, entende que pelo facto de a obra poder derrapar uma ou duas semanas (o empreiteiro não apresentou nenhuma mais-valia ou custo acrescido) não se deve estar a incriminar o empreiteiro na presente sessão, tanto mais que a câmara também falhou em algumas questões.

- Ana Luísa Lourenço:

Questionou quanto custou aos cofres do município o alcatroamento dos tais 70/80 metros já anteriormente referidos e colocou as seguintes questões:

- o presidente da câmara referiu que o Plano estratégico do executivo é apostar na Educação, pelo que questiona porque não avançaram para a construção do centro escolar das Quebradas, uma vez que está previsto na Carta Educativa.

- a requalificação das escolas do Monte Novo e do Samouco irá permitir aumentar o número de turmas e ainda se o espaço de recreio será aumentado ou reduzido?

- José Martins:

Entende que é justo reconhecer o trabalho que foi feito relativamente à pandemia, (apesar de não defenderem as mesmas cores políticas) acha que devem ser sérios nas avaliações que fazem. O executivo substituiu-se várias vezes ao Poder Central tomando medidas e atuando (ainda que em muitas não fossem tão além).

Disse também, que a ETAR não tem estado a funcionar bem, porque têm sido feitas algumas descargas diretamente no rio Tejo, perguntando por isso se o problema já foi resolvido.

- Presidente da Assembleia:

Chamou a atenção para algumas coisas que são afirmadas nas sessões, nomeadamente quando o deputado Álvaro Costa afirmou que o autor do projeto do miradouro “Amália Rodrigues” foi alvo de chacota por dizer “pedras com alma”. A assembleia não usa de chacota com ninguém (pode é haver uma ou outra reação) mas por isso não se pode afirmar que o órgão fez chacota.

- Presidente da Câmara:

Lembrou que o presidente da câmara é ele e é ele que define quais os vereadores que usam da palavra na assembleia municipal, a propósito do pedido do vereador Jorge Giro. O vereador não está autorizado a usar da palavra porque não faz parte do executivo a tempo inteiro e por isso desconhece as matérias de que se está a falar. Tem outros caminhos para poder desenvolver as suas expressões quando entender. Esta posição é corrente nos últimos 40 anos (não inventou nada).

- Presidente da assembleia:

Em resposta ao pedido, esclareceu que o vereador tem conhecimento de que carece de autorização do presidente da câmara para usar da palavra. Apenas poderá intervir em defesa da honra (são regras do regimento elaborado pela CDU).

- Presidente da câmara:

Entende que há direito à defesa da honra quando alguém é desonrado por outrem, mas neste caso isso não aconteceu. Caso o vereador continue a querer usar da palavra, deverá o presidente da assembleia assumir isso.

Em resposta ao deputado Álvaro Costa e com referência ao poste de luz no meio da citada via, esclareceu que obviamente a câmara não trata os assuntos de forma leviana e obviamente oficiou a EDP no sentido de o retirar. Esta responde de forma muito morosa (já aconteceu com outros pedidos) e quando fizer o trabalho serão efetuados os trabalhos necessários para tapar o buraco que fica.

De seguida desenvolveu mais uma vez, o historial da obra do miradouro “Amália Rodrigues”, reiterando o já dito em anteriores reuniões e chamando a atenção para o facto de por se ter atrasado o início da obra não é sinónimo de que o tempo de execução tenha diminuído. O Tribunal de Contas é que deveria ser criticado e não a câmara.

Agradeceu a João Santos bem como aos outros presidentes de junta pelo trabalho que desenvolveram em prol das suas freguesias. Todos estão ao serviço das pessoas enquanto políticos porque é pela política que estão nestes lugares. Devemos fazer política para as pessoas e não com as pessoas, disse.

Em resposta à deputada Ana Luísa, fazendo a conta, alcatroamento deve ter custado mais ou menos cinco mil euros.

Com a obra da 2.ª fase da escola do Monte Novo o espaço de recreio das crianças não irá diminuir e ficará significativamente melhorado em todos os níveis, com mais sombras que não tinha.

A Carta Educativa deveria estar concluída em 2015 e não ficou, pelo que estando já em 2020 será o atual executivo que a irá concluir.

O PDM (documento mais estratégico para os executivos) está atrasado desde 2007 e é com este executivo que ficará concluído.

Respondendo ao deputado José Martins, afirmou que se orgulhou da sua intervenção. Em relação à ETAR, trata-se de um problema que já dura há alguns anos e não é fácil resolver o problema das descargas, porque são muitos os quilómetros de valas que uma vez ou outra descarregam para o rio Tejo.

- Vereador Pedro Lavrado:

Acrescentou que o problema ainda não se encontra resolvido, apesar de a Simarsul (entidade competente) quase semanalmente enviar à câmara e-mails dando conta da execução de ações de manutenção não só nesta estação, mas a situação continua a ocorrer.

- Presidente da câmara:

Ainda em resposta à deputada Ana Luísa, retificou que o que deveria estar concluído era o Centro Escolar das Quebradas. Há alguns anos foi deputado da assembleia e lembra-se bem que as verbas para a sua construção transitavam de ano para ano, sem acontecer a sua construção.

Referiu também, que do ponto de vista do atual executivo não faz sentido construir um novo Centro Escolar no imediato, com todo o restante parque escolar degradado. No total, com o atual executivo, a requalificação do parque escolar orça em cerca de cinco milhões de euros mais ou menos.

Ao abrigo da alínea f) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia, usaram da palavra os seguintes membros:

- Diogo Mourão:

Apresentou em nome do PS, um Voto de Louvor “Coletividades do Concelho”. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Submetida à discussão e votação foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Nuno Dias:

Informou que representa a empresa do estabelecimento “Paparocas” , e disse que na última sessão da assembleia municipal, o presidente terá feito uma declaração falsa, nomeadamente que “segundo sabia o Paparocas estava fechado por uma situação de saúde pública”.

Disse ainda que dado o momento que se vive é preciso ter algum cuidado com o que se diz devido aos boatos e mexericos que correm.

- Presidente da assembleia:

Esclareceu que o que afirmou não foi um mexerico nem uma informação falsa, foi sim uma informação errada, porque desconhecia que a mãe da proprietária tinha falecido. Vendo o estabelecimento fechado e porque lhe disseram que este já tinha tido algumas “visitas” da Delegada de Saúde, presumiu erradamente a situação.

Também esclareceu que não afirmou que o problema era com o proprietário, mas sim com as pessoas que frequentam o estabelecimento e se portam mal na rua, nomeadamente, jovens com um mau comportamento que indigna muitas pessoas, lamentando que a GNR não intervenha no sentido de dissuadir ajuntamentos e comportamentos menos próprios do ponto de vista cívico.

Referiu ainda que na última sessão o problema foi colocado por três munícipes.

De seguida o presidente da assembleia propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite e de seguida os trabalhos foram retomados.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A assembleia tomou conhecimento.

PONTO 2 – 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2020

Submetido à discussão, o presidente da câmara afirmou que a proposta contemplava um conjunto de ocorrências entretanto registadas, no que diz respeito à mobilidade de alguns trabalhadores para outros organismos e a aposentação de outros e lamentavelmente o falecimento de outros.

A proposta também regista as necessidades sentidas face às inúmeras empreitadas que se encontram em curso e também a existência de um número crescente de auxiliares de ação educativa face às novas valências do parque escolar e ainda o reforço de operacionais.

Os lugares ocupados são 412 e o total de lugares no Mapa é de 480.

Submetida à votação, foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor (PS e CDS-PP) e 11 abstenções (CDU e PSD). (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 3 – CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE PARCELA DOMINIAL SITA NA AVENIDA D. MANUEL I, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOCHETE E A ALCACHE-BAR-HOTELEIROS, LD.ª – MODIFICAÇÃO DO CONTRATO – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA RESPONSABILIDADE ALCACHE-BAR-HOTELEIROS, LD.ª

Submetido à discussão, o presidente da câmara esclareceu que devido à pandemia, o executivo adotou várias medidas no sentido de mitigar os prejuízos quer dos estabelecimentos comerciais, quer das pessoas.

Na proposta em apreciação é entendimento jurídico que sendo uma concessão deveria ser deliberado em assembleia municipal.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 4 - EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA E REQUALIFICAÇÃO DAS AVENIDAS 5 DE OUTUBRO E CANTO DO PINHEIRO (TROÇO DO PERCURSO 1 DA REDE CICLÁVEL) – PROC.º I-29/20/CP – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Submetida à discussão e votação foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 5 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA, EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO

Antes de se proceder à votação, a vereadora Maria de Fátima Soares explicou quais as competências que são transferidas para o município, nomeadamente a manutenção, conservação de equipamentos e instalações de prestação de unidades de saúde primários, competências de gestão e execução de serviços de apoio logístico das unidades funcionais de Agrupamentos de Centros de Saúde que integram o SNS, excluindo os relacionados com equipamentos médicos, os quais se mantêm na esfera da administração central. Também é transferido para os municípios a gestão dos funcionários inseridos na carreira de assistente operacional das unidades do ACES que integram o SNS, assegurando-se a estes funcionários os direitos adquiridos.

O município já tem em seu poder o Centro de Saúde do Samouco, o Pólo do Passil e o Centro de Saúde de Alcochete também irá passar. Os operacionais são quatro. Com a transferência de património virá também uma verba para a manutenção, atribuída por metro quadrado. Os custos logísticos são os de limpeza e da atividade de apoio à vigilância, consumos de luz, gás, saneamento, seguros, ar condicionado, sistemas de aquecimento e outros e apenas serão transferidas verbas exatas para estes fins.

A câmara nunca será responsável pela colocação ou falta de médicos e por pessoal administrativo.

- Diogo Mourão:

Reiterou que o PS e a Junta de Freguesia de S. Francisco sempre concordaram com esta matéria e ficou surpreendido que num assunto destes e porque existem três presidentes de junta de freguesia, dois estivessem ausentes da sessão, considerando que no mínimo é lamentável.

- Álvaro Costa:

Lembrou que se pretende a eleição de uma pessoa, logo não deveria haver intervenções e quanto muito só após a votação. Os outros dois presidentes não compareceram por lhes ser impossível fazê-lo.

- Presidente da assembleia:

Explicou que manteve o procedimento adotado em cada ponto e considerou que a intervenção da vereadora foi muito esclarecedora e as faltas dos ausentes estão justificadas: um por razões pessoais outro por serviço oficial.

- Diogo Mourão:

Lembrou o deputado Álvaro Costa que aquando da eleição para o representante da assembleia no congresso da ANMP também houve uma intervenção do presidente da junta de freguesia do partido que representa.

- Ana Brandão:

Retificou que o presidente da Junta de Freguesia de Samouco não faltou por razões pessoais, mas sim por motivo de saúde.

Submetido à votação por escrutínio secreto, foi apurado o seguinte resultado:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha: 9 votos

- João Manuel Fernandes dos Santos: 12 votos

2 votos brancos

Desta forma ficou eleito João Manuel Fernandes dos Santos.

De seguida, o presidente da assembleia informou que recebeu uma informação da CPCJ informando que dois dos elementos indicados pela assembleia perderam o mandato por limite de tempo e que em face disso a assembleia em sessão, deveria indicar quem os substitui, sendo que tinha sido indicado um representante de cada força política representada na assembleia.

De acordo com informação perderam o mandato Ana Brandão e Henrique de Câmara e a presidente da Junta de Freguesia de Alcochete continuava em funções devido ao cargo, bem como o elemento do PS Iolanda Nunes, pelo que estão sem representação o PSD e o CDS.

O PSD nomeou o deputado Luiz Batista e o CDS João Lopes que renunciou ao mandato, pelo que solicitou a este a indicação do seu representante, tendo a deputada Alexandra Brás indicado Inês Pinto Tavares.

- Ana Brandão:

Em relação à Iolanda estranhou a sua continuação, dado que tomou posse ao mesmo tempo que ela e que o deputado Henrique da Câmara na CPCJ. Entendeu também, que se o assunto não fazia parte da Ordem de Trabalhos e nem sequer foi pedida a sua inclusão, então porque estavam a tratá-lo na presente sessão.

- Presidente da assembleia:

Explicou que o assunto deve vir à assembleia para que esta tome conhecimento. Se a Iolanda chegou ao limite de tempo, é da competência da CPCJ informar a assembleia.

- Ana Brandão:

Informou que continuava a não perceber a situação, aproveitando para informar da forma como têm ocorrido as votações/nomeações dos membros para a Comissão, dado ter feito parte dela durante nove anos e ter pertencido à Comissão Restrita da mesma.

- Presidente da câmara:

Após todas as dúvidas suscitadas, sugeriu que fosse endereçado convite à Dr.^a Teresa Salgueiro (presidente) para estar presente na próxima sessão e esclarecer todas as dúvidas.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Aberto este período registaram-se as seguintes intervenções:

- Diogo Mourão:

Rebateu a intervenção do deputado Álvaro Costa sobre o miradouro “Amália Rodrigues” e perguntou ao executivo qual o montante do valor gasto com a obra de infraestruturas feita por administração direta. Segundo o deputado será à volta de trezentos mil euros, questionando em face deste valor para quantos metros de estrada dava para alcatroar.

Questionou também quantos metros de estrada poderiam ter sido alcatroados com os livros de propaganda da CDU e nos “outdoors” mandados retirar pela CNE em 2017.

- Presidente da câmara:

Não dispunha no momento do valor total gasto com a obra das infraestruturas, mas em equipamento e material foram gastos mais ou menos 30 mil euros. O concurso público foi lançado por 450 mil euros mais ou menos, considerando que já tinham sido pagos mais ou menos 200 mil euros. A obra na sua totalidade ascende a mais de 600 mil euros.

Em relação ao parque escolar esclareceu que o executivo tem duas premissas: não encerrar nenhuma escola e não construir nenhum Centro Escolar sem primeiro esgotar tudo aquilo que é possível esgotar nos equipamentos existentes.

-Álvaro Costa:

Afirmou que compreende que em termos políticos as coisas se processem desta forma. Entendeu a intervenção do deputado Diogo Mourão na forma como fez, mas de forma incorreta porque não justificou as razões.

Quando foi vereador foram transferidas para a autarquia as escolas básicas sem que tenham sido transferidos os meios para proceder à sua remodelação. Tudo tem o seu contexto, disse. A propósito do contexto das situações, explanou uma vez mais o seu entendimento sobre a anterior dívida da câmara e o PSF que foi executado e das dificuldades passadas pelo anterior executivo, não deixando de lembrar que ainda assim foram feitos muitos investimentos. Para o atual executivo tem sido fácil porque a câmara nunca teve um orçamento tão grande.

- Presidente da câmara:

Em resposta lembrou que o dinheiro também é finito, pelo que é necessário trabalhar para o conquistar, fazendo a gestão em prol das pessoas o que nem sempre aconteceu.

Gostaria de ter ouvido por parte da CDU (como aconteceu com o PSD) uma palavra de incentivo pelo trabalho desenvolvido no período de pandemia.

- Ana Luísa Lourenço:

Na sua opinião, se o executivo da CDU tivesse o dinheiro que o atual tem de certeza que teria sido construído o Centro Escolar das Quebradas.

Disse também, que o presidente da câmara não deve passar nas Quebradas há muito tempo e por isso convidou-o a passar por lá para ver as ervas que crescem e as cobras que entram nos jardins dos moradores. Lembrou que Alcochete não é só o largo de S. João.

Em relação às prioridades do executivo, questionou qual é a que leva à compra de tapetes vermelhos para enfeitar as entradas dos estabelecimentos no Natal, descurando a apanha de ervas com quase meio metro de altura.

- Presidente da câmara:

Esclareceu que vai com muita frequência às Quebradas e fala com muitos dos seus moradores e na sua opinião a deputada fala de má fé. Têm vindo a fazer trabalhos, mas muito mais há para fazer e será feito.

- Álvaro Costa:

Salientou que o presidente da câmara nunca ouviu da sua parte críticas ao que está bem feito de novo, requalificado ou com manutenção. Poderá é ouvir opiniões diferentes dizendo que faria de outra maneira, mas essa é a função de quem aqui está presente que é trazer à colação o que acham que está errado.

- Presidente da câmara:

Agradeceu as palavras do deputado Álvaro Costa e voltou a dizer em relação às Quebradas que o que foi prometido será cumprido e que a deputada Ana Luísa se irá sentir orgulhosa pelo sítio que escolheu para morar.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 19:00 horas, o presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,